



Educação e Pesquisa

ISSN: 1517-9702

revedu@usp.br

Universidade de São Paulo
Brasil

de Cássia Pereira Lima, Rita; Faria Campos, Pedro Humberto
Campo e grupo: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscoviana
das representações sociais
Educação e Pesquisa, vol. 41, núm. 1, enero-marzo, 2015, pp. 63-77
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29835330005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Campo e grupo: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscovicianiana das representações sociais

Rita de Cássia Pereira Lima¹

Pedro Humberto Faria Campos¹

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar a visão da realidade (ou do espaço) social no pensamento de Pierre Bourdieu e na teoria das representações sociais (TRS) de Serge Moscovici, tomando por desencadeador uma discussão sobre a noção de campo, proposta por Bourdieu, particularmente quando expõe a sociologia do gosto, e a noção de grupo na TRS. Na sociologia de Bourdieu, o campo é organizado por princípios como capital econômico e capital cultural, supondo lutas no espaço social, conforme posições sociais, *habitus* e práticas culturais dos agentes. Na teoria das representações sociais (TRS), os grupos, em suas comunicações, voltam-se para o campo de um objeto que os mobiliza, supondo igualdade na relação de seus membros ao construir um conhecimento do senso comum, consensual, a respeito desse objeto. Em uma sociologia do gosto dos artistas, por exemplo, o sociólogo de inspiração bourdieusiana pode fazer também um quadro das práticas sociais desse grupo, não somente as referentes a um único objeto (arte). Porém, Bourdieu parece não se ater ao estudo de grupos. Paralelamente, pode-se reprovar os estudiosos de representação social por nem sempre darem importância suficiente à base dos objetos materiais. Os dois autores têm em comum o fato de privilegiarem a dimensão simbólica na construção da realidade social. Têm também como desafio comum superar a dicotomia subjetividade x objetividade na relação indivíduo-sociedade. Por meio dessa aproximação conceitual, o texto busca constituir um olhar psicossocial para a educação, particularmente a escola, sem adotar de antemão uma teoria (TRS) em detrimento da outra (Bourdieu), mas problematizando-as reciprocamente.

Palavras-chave

Teoria dos campos – Grupos – Teoria das representações sociais – Escola – Educação.

1- Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Contatos: ritalima@netsite.com.br; pedrohumbertosbp@terra.com.br

Field and group: a conceptual approximation between Pierre Bourdieu and the social representation theory of Moscovici

Rita de Cássia Pereira Lima^I

Pedro Humberto Faria Campos^I

Abstract

The aim of this article is to examine the view of social reality (or social space) both in Pierre Bourdieu's thinking and in Serge Moscovici's social representation theory (SRT), starting from a discussion on Bourdieu's notion of field, particularly when he explains the sociology of taste, and on the notion of group in SRT. In Bourdieu's sociology, the field is organized by principles such as economic and cultural capital, assuming that struggles occur in the social space according to agents' social positions, habitus, and cultural practices. In the social representation theory (SRT), groups orient themselves, in their communication, towards the field of an object that mobilizes them, assuming that there is equality in the relationships of members as they build consensual, common sense knowledge about this object. In a sociology of the taste of artists, for example, the Bourdieusian sociologist can also make a description of the social practices in this group, rather than describing only practices referring to a single object (art). However, Bourdieu does not seem to focus on the study of groups. On the other hand, social representation researchers could be criticized for not always giving enough importance to the foundation of material objects. Both authors have in common the fact of privileging the symbolic dimension in the construction of social reality. They also have in common the challenge of overcoming the subjectivity-objectivity dichotomy in the individual-society relationship. By means of such conceptual approximation, the article aims to build a psychosocial view of education, particularly of the school, without adopting in advance one theory (SRT) to the detriment of the other (Bourdieu).

Keywords

Field theory – Groups – Social representation theory – School – Education.

^I- Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Contacts: ritalima@netsite.com.br;
pedrohumbertosbp@terra.com.br

Introdução

Há algum tempo, um mal-estar atormenta os estudos que se fundam na teoria das representações sociais (TRS) para tentar compreender fenômenos no campo da educação. O incômodo não é menor do lado de alguns construtivismos atuais, muito zelosos da noção de *subjetividade*, contra os determinismos ditos não-críticos. Porém, considerando seu maior afastamento do campo próprio da sociologia, estes (os construtivistas sócio-históricos) parecem atualmente ensimesmados o suficiente para não apreciarem um debate *interteorias* ou, como preferem os pós-modernistas, um debate *transteórico*.

O mal-estar refere-se, não por acaso, ao desafio que se colocaram autores como Bourdieu e Moscovici quanto a superar a dicotomia subjetividade x objetividade na relação indivíduo-sociedade. Em um primeiro momento, esse ponto comum pode conduzir pesquisadores da área da educação, incluindo estudantes de pós-graduação, a estabelecerem relações próximas entre Bourdieu e a TRS proposta por Moscovici (1976), correndo o risco de simplificarem aquilo que não é simples. O presente artigo busca compreender melhor certos princípios teóricos defendidos pelos autores, inseridos respectivamente na sociologia e na psicologia social, enfatizando a relevância dessa aproximação conceitual para fundamentar questões complexas ligadas à educação.

Desde o início de suas respectivas carreiras acadêmicas, uma atitude é fundante do pensamento de Bourdieu e de Moscovici: retomar o valor da dimensão simbólica na construção da realidade social, sem buscar estruturas de base *déjà là*, como inspiraria a obra de Lévi-Strauss. Inspirados pelo, e em ruptura com o, pensamento de Lévi-Strauss, assim podemos situar, não sem levantar algum debate, as obras dos dois autores que ora enfocamos. A visão do espaço social como composto de campos nos quais estruturas e formações simbólicas constituem um todo, uma única realidade articulada, impõe-se em

ruptura com o determinismo estruturante das noções de classe social e modo de produção. Ruptura, igualmente, com o determinismo dito de esquerda, sem retorno aos determinismos herdeiros de Hobbes, Durkheim e Weber.

A atitude epistêmica dessa ruptura e a intenção de integrar subjetividade e objetividade não bastam para fundamentar uma visão de realidade social. Estruturas, instituições, grupos, *habitus*, práticas, papéis, identidade, podem se amalgamar em uma afirmativa que parece unir a todos: o social é uma construção. O cenário é de lusco-fusco: pode-se afirmar que enxergamos a realidade social, pois ainda não está escuro, mas a imagem que se oferece à retina é fosca. Um olhar psicossocial se apresenta como fogo-fátuo que a sociologia não mede esforços para exorcizar, debatendo-se com os conceitos de identidade ou de trajetória (DUBAR, 2009; DUBET, 1994; LAHIRE, 2002).

O mal-estar já referido pode ser interrogado em suas margens: como abordar a escola como uma instituição social, mais precisamente, como *evento* psicossocial? A escola, com seu espaço, seu território, suas condições de trabalho, seus horários, rotinas, normas, seus procedimentos (planejamento, avaliação, ensino, atividades lúdicas, entre outros). A escola pública em sua dupla injunção identitária: instituição escolar (lôcus da relação ensino-aprendizagem, da transmissão e da produção de conhecimento) e a instituição pública, aparelho de Estado. Ou a escola privada, em sua tripla injunção identitária: escola, empresa e, também, aparelho de Estado.

A escola pode ser estudada em sua dimensão institucional, recortada em vários elementos que marcam seu peso de espaço ou de realidade social instituída. O problema é que, ao fazê-lo, assim, por partes, quebra-se qualquer possibilidade de ruptura, pois a descrição do instituído é a força da reprodução. Como se a escola fosse o sítio mesmo da desigualdade, a fonte da reprodução, da divisão social do trabalho, da diferença de gêneros e de toda dominação deles derivados. A narrativa possível, nessa perspectiva, seria de grande ironia:

a escola pensada pelos iluministas como prática social de produção da nova ordem para combater o tradicionalismo e a aristocracia (*l'ancien regime*), sonhada como aparelho da República para criar e sustentar o novo, findaria por se tornar a máquina da reprodução, para adaptar os indivíduos à sociedade do contrato social (desigual!).

Esse olhar para a escola permite interrogar a distância entre o pensamento de Bourdieu (1979, 1980, 1982, 1984a, 1984b, 1986, 1987, 1989, 1991, 1994, 1998) e a teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 1976, 1986, 2003), com a finalidade de alcançar um terceiro prisma de investigação, outro parâmetro para abordar a instituição escolar como componente de uma realidade social. Ou seja, buscamos a constituição de um olhar psicossocial, sem adotar de antemão uma das teorias (TRS) em detrimento da outra (Bourdieu), mas problematizando-as reciprocamente. Duas chaves de leitura são introduzidas e anunciadas de pronto: na visão (comum a ambos pensadores) do espaço social como espaço constituído por e através do conflito social, o campo é necessariamente campo de tensões; a segunda chave de leitura é a postulação, ou não, nos dois autores, de uma explicação para a mudança social. O conflito social é o motor da mudança. Porém, o que nós vamos buscar como segunda chave de leitura é o entendimento e a explicitação da natureza dos processos de mudança, a partir de um conjunto de conceitos que cada teoria estabelece como o escopo dessa mudança.

Nesse quadro, o presente trabalho se propõe a examinar a visão da realidade (ou do espaço) social na TRS e no pensamento de Bourdieu, tomando por desencadeador uma discussão sobre a noção de campo, proposta por Bourdieu (1979), particularmente quando expõe a sociologia do gosto, e a noção de grupo na TRS. Ambas serão interrogadas em referência à importância da noção de campo (campo social, em Bourdieu; campo do objeto de representação, em Moscovici).

Podemos ainda avançar uma hipótese de trabalho, a qual justificaria um ganho nessa articulação: a concepção de Bourdieu permite e

incita à percepção do espaço social (com sua visão do campo) como espaço de conflitos (tensões), mas não oferece os recursos conceituais para evidenciar os processos de mudança, a dinâmica mesma da mudança, particularmente quando esta concerne interações grupais; e, de modo inversamente complementar, a TRS apresenta uma visão mais homogênea do espaço (com as noções de campo do objeto de representações e “ancoragem”), na qual pode-se ou não explicitar os conflitos, porém permite identificar e examinar os processos de interação social (seja pela via dos agentes indivíduos, grupos e instituições, seja pelo estudo das relações entre formações simbólicas e estruturas, representações sociais e grupos), e evidencia a dinâmica do conflito e da mudança. De modo sintético, podemos pensar, como hipótese de trabalho, que Bourdieu nos incita a olhar para a realidade social (a sociedade recortada em campos de lutas), conquanto Moscovici nos instrumentaliza para olhar os conflitos em operação (*mis-en-marche*), sob a perspectiva de indivíduos e grupos concretos, vivos, cotidianos.

A sociologia do gosto: padrões de gostos, padrões de *habitus*, grupos sociais?

Bourdieu (1987) faz referência a campos, no domínio da sociologia, associando-os ao que se nomeia comumente classes sociais, porém com a intenção de ampliar e avançar esse conceito de Karl Marx. De acordo com o autor (BOURDIEU, 1994), as classes sociais são classes lógicas determinadas teoricamente pela delimitação de um conjunto de agentes que ocupam a mesma posição no espaço social. Bourdieu contesta essa ideia ao afirmar que o espaço social é construído por diferentes tipos de capital – o econômico, o cultural, o social e o simbólico –, cuja distribuição resulta em um espaço estruturado por campos

1- Processo formador da representação social (em articulação à objetivação), diz respeito ao enraizamento social da representação. Classifica algo, em princípio ameaçador, comparando-o com um protótipo já familiar aos sujeitos, como se algo perdido fosse ancorado no espaço social das pessoas (MOSCOVICI, 2003).

concebidos como mercados onde se confrontam tais capitais.

Segundo o autor (BOURDIEU, 1979), a noção de capital supõe primeiramente a abordagem econômica, devido à analogia com suas propriedades: acumulação por operações de investimento financeiro, transmissão por herança, o que permite aos agentes negociar rendimentos em diversos campos sociais. Quando se refere ao capital cultural, acumulado por meio da aquisição de cultura, o autor retoma os diferentes tipos de capital que estruturam o espaço social: o econômico (renda, patrimônio, bens materiais); o social (relações sociais do indivíduo, que refletem sociabilidade, como convites recíprocos e lazer); o simbólico (rituais, protocolos ligados à honra). Bourdieu (1979) afirma que a acumulação de capital se reverte em luta no espaço social, pois tem papel relevante em termos de reprodução social, principalmente na forma escolar, envolvendo lutas simbólicas, por meio das quais ocorre reconversão de capital econômico em capital cultural².

O filme *O gosto dos outros*, de Agnès Jaoui³, permite inicialmente associação com a ideia de campos no âmbito da sociologia do gosto, de Bourdieu, particularmente no que se refere às reflexões teóricas que o autor expõe em *La Distinction – Critique sociale du jugement* (1979), ao apresentar um estudo empírico sobre a cultura francesa há cerca de 40 anos. Nessa obra, o autor propõe que o gosto reflete lutas que acontecem no campo da classe dominante e no campo da produção cultural. O filme mostra conflitos que envolvem o gosto de pessoas de diferentes ambientes socioculturais – um empresário bem-sucedido economicamente e sua mulher decoradora, uma atriz também professora de inglês, uma garçonete que complementa renda traficando drogas, um motorista também flautista amador, um guarda-costas –, especialmente as dificuldades do empresário detentor de capital

econômico, porém sem capital cultural suficiente para ser aceito no ambiente artístico. A relação entre o filme e a sociologia de Bourdieu já foi pensada por alguns (VERGARA; MAGNI, 2008; GROGNET, 2008; BELLAVANCE; VALEX; RATTÉ, 2004; DABÈNE, 2002), pois a estratificação social dos gostos dos personagens pode se fundamentar na correlação entre práticas culturais e estrutura social, fazendo pensar em conceitos como *habitus* e capital cultural e na teoria dos campos, propostos pelo autor.

Ao propor uma sociologia do gosto, Bourdieu (1979) privilegia a análise de disposições e de julgamentos estéticos, considerando-os produto de lutas entre grupos sociais. De acordo com o autor, o gosto (preferências manifestadas) é o princípio do que temos e do que somos para os outros, do para que nos classificamos e somos classificados. É a afirmação prática de uma diferença reconhecida, sobretudo na aversão por estilos de vida diferentes, que se constitui em uma forte barreira entre as classes. Em tantos espaços de preferências e universos possíveis de estilos – águas minerais, vinhos, carros, jornais, locais para férias, móveis, decorações de casas e de jardins, programas políticos –, traços distintivos expressam diferenças sociais, conduzindo à busca da distinção.

Bourdieu (1979) se refere à cultura em dois sentidos: obras culturais, por um lado, e maneiras de sentir e de fazer próprias dos homens, por outro lado. Ele faz referência a áreas culturais mais nobres (por exemplo, música clássica, pintura, literatura) e menos nobres que vão se legitimando socialmente (por exemplo, cinema, fotografia, jazz). Percebe-se aí uma relação entre capital econômico e capital cultural, que opõe estilos de vida diferentes, ou gostos diferentes, um de mais luxo, associado ao capital econômico (posse de obras de arte, de carros de luxo) e outro de menos luxo, porém com ênfase na cultura (leitura, música clássica, teatro). Para o autor, o estilo de vida é um conjunto de gostos, crenças e práticas característico de uma determinada classe. Embora Bourdieu afirme

2- Posteriormente, em *La domination masculine*, Bourdieu (1998) propõe outro princípio que também sustenta lutas simbólicas no espaço social: o gênero, devido à dominação de homens sobre mulheres em nossa sociedade.

3- Originalmente *Le goût des autres*, lançado nos cinemas franceses em 2000.

que a classe dominante mantém sua posição por uma estratégia de distinção, impondo o bom gosto à sociedade, um dos interesses do autor é compreender a produção social de esquemas de percepção e de práticas que definem o gosto, o que o aproxima de um enfoque também genético e não somente estruturalista.

Voltando ao filme de Agnès Jaoui, é possível reconhecer a relação do contexto sociocultural dos personagens com a obra de Bourdieu, sobretudo com a teoria dos campos, em que o autor privilegia o peso das instituições (por exemplo, família e escola) e do capital cultural – relacionado à arbitrariedade da cultura escolar erudita, socialmente reconhecida como legítima – ao abordar as relações materiais e simbólicas entre grupos diferentes situados em um mesmo espaço social. Os lugares em que se inserem os personagens do filme fariam pensar na afirmação de Bourdieu (1979) quanto à constituição de uma nova pequena burguesia? Ou seja, por um lado, pequenos burgueses com forte capital cultural e, por outro lado, agentes provenientes da burguesia que não adquiriram, na instituição escolar, títulos que lhes permitam manter-se na classe dominante, pois não possuem capital cultural na forma institucionalizada, com diplomas lhes assegurando distinção.

Nesse contexto, em uma visão bourdieriana, os campos dos artistas, dos intelectuais, dos esportistas, por exemplo, teriam particularidades, mesmo se situando no mesmo espaço social, e poderiam se constituir em campo de lutas (simbólicas) ao utilizarem práticas culturais de acordo com seu *habitus*, influenciado principalmente por determinantes sociais. O *habitus* se estrutura, assim, em relação com um campo (o campo científico supõe agentes dotados de um *habitus* diferente daquele dos que estão inseridos no campo político). Apesar do autor enfatizar o conjunto de relações objetivas que une um agente aos outros nesse campo, ele considera também a dimensão simbólica. Como afirmam Bourdieu e Wacquant (1992), a relação entre *habitus* e

campo é de condicionamento (o campo estrutura o *habitus*, produto da necessidade do campo) e de conhecimento ou de construção cognitiva (o *habitus* contribui para constituir o campo como mundo de significados).

Para estudos na área educacional, é relevante mencionar um dos aspectos que atravessam a obra de Bourdieu (1987): a tentativa de ultrapassar certas oposições que dividem o campo sociológico. Entre as oposições mais evidentes, estão: a dos teóricos e empíricos; a dos subjetivistas e objetivistas; a do estruturalismo e da fenomenologia. De acordo com o autor, um exemplo típico de oposição fictícia se dá entre o enfoque estruturalista (compreensão das relações objetivas, independentes das consciências e vontades individuais) e o fenomenológico, interacionista ou etnometodológico (compreensão da experiência que os agentes têm das interações, dos contatos sociais e sua contribuição para a construção mental e prática das realidades sociais). Nesse sentido, a obra de Bourdieu reflete uma releitura crítica do questionamento antropológico e sociológico clássico.

Dentro do que o próprio autor denomina “construtivismo estruturalista” (BOURDIEU, 1987), o ponto de partida são elementos mais próximos de uma tradição objetivista, cujo dado inicial seria a existência de estruturas sociais, havendo um sistema de relações objetivas que condiciona as práticas e as representações dos indivíduos. A realidade própria e os efeitos específicos do que é vivido subjetivamente por esses indivíduos são encarados posteriormente (ACCARDO; CORCUFF, 1986). Bourdieu (1987) entende assim o construtivismo estruturalista ou estruturalismo construtivista: para o estruturalismo/estruturalista, existem estruturas objetivas independentes da consciência e da vontade dos agentes, capazes de orientar suas práticas ou representações; de acordo com o construtivismo/construtivista, há uma gênese social, por um lado, de esquemas de percepção, de pensamento e de ação constitutivos do *habitus* e, por outro lado, das estruturas sociais, em particular do que o autor chama de campos

(ou grupos). Ou seja, nessa gênese social, *habitus* e campos não se dissociam.

Bourdieu (1987) afirma que as condições sociais de existência (ou os fatores objetivos) são interiorizados pelos indivíduos sob a forma de princípios inconscientes de ação e reflexão, de esquemas de sensibilidade e de entendimento, ou *habitus*. Depois que esse *habitus* foi estruturado pelas condições sociais de existência, continua produzindo percepções, representações, opiniões, crenças, gostos, desejos, enfim, uma subjetividade relativamente independente do exterior, que se expressa e se exterioriza na ação dos indivíduos e grupos, contribuindo para produzir e reproduzir as estruturas sociais e as instituições. As estruturas sociais e instituições, por sua vez, impõem-se aos indivíduos e grupos como condições objetivas de existência.

Reafirmando o caráter redutor da oposição objetivismo/subjetivismo, o conceito de *habitus* é proposto pelo autor como instrumento para ultrapassá-la. Embora em estudos mais antigos se observe uma visão em que o *habitus* é determinado pela estrutura social (BOURDIEU; PASSERON, 1970), trabalhos posteriores privilegiam o fato de que ele permite uma organização da experiência, que tem sua própria coerência (BOURDIEU, 1987, 1989). Apesar de influenciado pela estrutura social, o *habitus* não depende totalmente dela. Com o tempo, Bourdieu foi chegando a uma formulação que leva em conta as estratégias, a criação e a invenção dos agentes (DURAND; WEIL, 1990). Essa capacidade de inovação, mais próxima do construtivismo, é fundamental no conceito de *habitus*.

Segundo Bourdieu (1979), o *habitus* é um sistema de disposições duráveis interiorizadas pelos indivíduos em suas condições objetivas de existência, o qual funciona como esquemas inconscientes de ação, de percepção e de reflexão. As aquisições mais duráveis provêm da socialização primária, na família, ela própria ocupando uma posição no espaço social. Mas o *habitus* não é fixo, pois se reestrutura de acordo com a trajetória social, implicando que

práticas e representações não são totalmente determinadas (os agentes fazem escolhas) nem totalmente livres (as escolhas são orientadas pelo *habitus*).

Embora com ênfase na dimensão social, é possível perceber, na obra de Bourdieu, que o conceito de *habitus* permite a articulação, e não a oposição, entre o individual e o social, ou entre as estruturas internas da subjetividade e as estruturas sociais externas. O autor define o *habitus* como “sistema adquirido de esquemas geradores” (BOURDIEU, 1980, p. 92) que torna possível a produção livre dos pensamentos, das percepções, das ações relacionadas às condições de sua produção. De acordo com ele, a estrutura da qual o *habitus* é o produto governa a prática, não mecanicamente, mas por obrigações e limites atribuídos a suas invenções.

É importante evidenciar que, para Bourdieu, o *habitus* é uma disposição criada em uma relação direta entre sociedade e indivíduo, não havendo instâncias intermediárias previstas, como os grupos. Se o autor define o *habitus* como disposição, ele pode inscrevê-lo somente na ordem simbólica, uma vez que o argumento biológico ou orgânico é heteróclito à sua visão. Se é uma disposição do indivíduo, ou é corporal ou é cognitivo-afetiva; não havendo outra alternativa, o *habitus* se torna a pedra fundamental da ordem simbólica. Salvo se Bourdieu postulasse um retorno à ideologia marxista ou às representações coletivas de Durkheim. Nesse sentido, a noção de história coletiva só pode ser constituída de um conjunto de *habitus*. Realizando uma extensão da sociologia do gosto, poderíamos perguntar se um estilo de gostos pode corresponder à homogeneidade definidora do grupo psicológico, como em K. Lewin. Porém, Bourdieu não se ocupa ou não oferece critérios para essa discussão. Ao se referir mais a classe do que a grupo, às vezes, Bourdieu parece se acomodar ao conceito de classe de Marx. É mais comum, por exemplo, o autor fazer referência a classe dos artistas do que a grupo dos artistas. Porém, a vida real (no *real*) é muito diversificada para se dizer

classe. Em Bourdieu, as classes são categorias ou partes de um campo, sendo que o autor evita confrontar-se com o conceito de grupo. Caso o fizesse, talvez o estilo de vida pudesse ser algo aproximativo do grupo moscoviciano. Em Bourdieu, um campo é constituído de classes (partes, categorias) que têm, cada uma, seu estilo diferente. A organização do campo não é dada por essa diferença (o que poderia ser o foco da TRS), mas pela distribuição histórica dos princípios propostos por Bourdieu: capital cultural, capital econômico e, posteriormente, gênero (BOURDIEU, 1998).

A teoria dos campos é importante para uma melhor compreensão do modo como Bourdieu entende essa estrutura social tão associada ao *habitus*. De acordo com o autor (BOURDIEU, 1991), a herança cultural materializada e incorporada sob forma de um *habitus*, mesmo tendo leis próprias que transcendem as consciências e vontades individuais, age somente nas lutas que acontecem nos campos, por agentes dispostos a reativá-la continuamente como espaço de possibilidades. Segundo Durand e Weil (1990), a noção de campo está ligada às relações simbólicas situadas ao centro de mercados dotados de uma lógica específica no espaço social, onde se trocam bens específicos, de acordo com interesses específicos.

A relação indivíduo-sociedade que Bourdieu propõe na sociologia pode se dar também no plano psicossocial, com base em uma psicologia social que considera como grupo um conjunto de sujeitos que partilham identidades e práticas comuns. Conforme a teoria dos campos de Bourdieu, em que um tipo de formação como o gosto ou estilos de gostos, caracterizado por processos identitários, diferencia-se e/ou aproxima-se do grupo social marcado sociologicamente? Do ponto de vista da teoria das representações sociais (TRS), situada na encruzilhada entre conceitos psicológicos e sociológicos (MOSCOVICI, 1976), como diferentes objetos de representação podem mobilizar as comunicações e os conflitos entre grupos socialmente situados?

Ao se pensar em grupos, é importante refletir sobre o fato de que Bourdieu (1987, p. 147), às vezes, refere-se a campos ou grupos e Moscovici (1976) frequentemente faz referência a indivíduo ou grupo na obra em que apresenta a TRS, entendendo que o indivíduo existe enquanto membro do grupo. Em ambos os autores, não há muita elucidação quando fazem alusão a grupos. Na sociologia de Bourdieu, o campo é organizado por princípios como capital econômico e capital cultural, supondo lutas em seu interior, conforme posições sociais, *habitus*, práticas culturais dos agentes. Na TRS de Moscovici (1976), os grupos, em suas comunicações, voltam-se para o campo de um objeto novo que os provoca, os ameaça, supondo igualdade na relação de seus membros ao construírem um conhecimento do senso comum, consensual, a respeito desse objeto. Ou seja, na sociologia de Bourdieu, existem agentes dotados de *habitus*, situados em um campo que se constitui como espaço social de lutas; e, na TRS, há um campo do objeto de representação que mobiliza grupos por ele afetados. Essa aproximação conceitual pode contribuir para o estudo de questões complexas ligadas à educação, que envolvem relações intra e intergrupais no âmbito de uma realidade social que tem como base as instituições.

Os campos sociais e o campo do objeto de representação social

Para Bourdieu (1984a), o espaço social é multidimensional, com campos relativamente autônomos. Sua história se manifesta a cada momento, sob a forma materializada (nas instituições) e sob a forma incorporada (nas disposições dos agentes que fazem funcionar essas instituições ou as combatem). De acordo com o autor, essa concepção rompe com o objetivismo, visto que este desconsidera os diferentes campos como lugares de lutas simbólicas que engendram representações do mundo social, assim como as hierarquias em cada campo e entre diferentes campos. Segundo o autor, o mundo social pode

ser representado como espaço de várias dimensões, construído com base em princípios de diferenciação e de distribuição de poder nesse universo, expresso principalmente pelos diferentes tipos de capital já citados.

Nesse sentido, a estrutura do campo social é definida pela distribuição do capital e dos lucros característicos dos campos particulares em diferentes momentos. Agentes e grupos de agentes são, assim, definidos por suas posições em um espaço que pode ser descrito como um campo de forças, para o autor, um conjunto de relações de força objetivas que se impõe aos que entram no campo, irredutíveis aos agentes individuais e às interações diretas entre esses agentes. Bourdieu (1984b) refere-se às lutas simbólicas que visam a conservar ou transformar a estrutura do campo, pois, para o autor, o mundo social é, em grande parte, algo que os agentes fazem a cada momento. Porém, esses agentes podem desfazê-lo e refazê-lo somente com base em um conhecimento realista do que ele é, de suas possibilidades sobre ele, e em função da posição que ocupam.

Na teoria de Bourdieu, um campo é sempre campo de forças:

A sociologia não é um capítulo da mecânica e os campos sociais são campos de forças mas também campos de lutas para transformar ou conservar estes campos de forças. (BOURDIEU, 1982, p.47).

Isso também fica destacado por autores próximos a Bourdieu:

A estrutura do campo é um estado das relações de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta, ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado ao longo das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores. (ACCARDO; CORCUFF, 1986, p. 87).

O que torna a noção confusa é que, em vários momentos, Bourdieu delimita um

campo nomeando-o como campo de um grupo específico: o campo dos artistas, o campo dos sábios, o campo dos governantes. Aquilo que qualquer leitor desavisado reconheceria, em certa tradição, como um grupo, de fato, é confluência de duas dimensões da realidade social:

O princípio da ação histórica, aquela do artista, do sábio ou do governante, como aquela do operário ou do funcionário público, não é a de um sujeito que se afrontaria à sociedade como um objeto constituído na exterioridade. Ele não reside nem na consciência, nem nas coisas, mas na relação entre dois estados do social, quer dizer, entre a história objetivada nas coisas, sob a forma de instituições, e a história encarnada nos corpos, sob a forma deste sistema de disposições duráveis que eu chamo de *habitus*. (BOURDIEU, 1982, p. 38).

Ao explicitar o que é o campo, novamente o autor parece se referir a grupos. Bourdieu (1991) afirma que é no campo, como espaço de posições, que reside o princípio do espaço de tomadas de posição, ou seja, de estratégias visando a transformá-lo ou conservá-lo. Nesse sentido, o campo não é redutível a uma população, ou seja, a uma soma de agentes individuais ligados por simples relações de interação e, mais precisamente, de cooperação. O autor reforça o lugar das relações objetivas constitutivas da estrutura do campo, que orientam as lutas visando a conservá-lo ou transformá-lo. Assim, o campo do poder se constitui em espaço de relações de forças entre agentes ou instituições que têm em comum o capital necessário para ocupar posições dominantes em diferentes campos, principalmente econômico ou cultural, revelando hierarquia nas relações sociais que envolvem diferentes capitais e seus detentores.

Um campo se define através da delimitação de vicissitudes⁴ e interesses específicos, os

⁴- Optamos por vicissitudes face à dificuldade de se traduzir o termo francês *enjeux*, aqui empregado no sentido de implicações, dada sua proximidade óbvia com a noção de interesses (interesses declinam em implicações).

quais são irredutíveis a vicissitudes e interesses próprios a outros campos. Nesse sentido, de um lado, considera-se um conjunto de vicissitudes e interesses de cada um dos agentes e das agências; estes sendo, entre si, distintos e, às vezes, opostos. Contudo, todos os elementos (vicissitudes e interesses) preservam certo número de interesses fundamentais relativos àquilo que funda o campo, à sua especificidade.

É inevitável o paralelo com a TRS e o campo do objeto de RS; um objeto, fenômeno ou evento social, que aglutina em torno de si – em torno de sua especificidade de fenômeno social – um conjunto de interesses. O recorte da TRS é operado pela existência de um objeto e de um conjunto de conhecimentos (marcados pelos conhecimentos anteriores e que regularão os conhecimentos posteriores), que são engendrados sobre a base da especificidade do *novo* (novo objeto social).

Nos anos setenta, Moscovici (1976) define as representações sociais como um conhecimento com três componentes: o campo do objeto, a atitude e as práticas comunicativas. Já em 2003, o autor acrescenta algo novo, sem causar ruptura com as afirmações anteriores, propondo que as

[...] representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (MOSCOVICI, 1976, p. 36).

Na definição de 2003, o enfoque é outro, pois Moscovici apresenta as representações sociais como um conjunto organizado de crenças. O que vem em primeiro plano, nesse momento, é seu caráter de prescrição, ou seja, de normas; enfim, o caráter de regulação das condutas. Podemos, então, começar a falar das representações como um sistema de crenças prescritivas, voltadas e ancoradas na ação.

No estado atual da TRS, é plenamente aceito que uma representação seja um sistema

cognitivo que age ao mesmo tempo sobre os indivíduos que o elaboram e sobre a situação social na qual ela se insere. Tal sistema age sobre os indivíduos através de relações de significado, o que permite compreender significações atribuídas a objetos por determinados grupos sociais em situações sociais específicas. Uma representação dá significado a uma dada situação social, bem como aos comportamentos e condutas observados. Então, o estudo das representações permite aos pesquisadores compreender qual o significado atribuído, por um determinado grupo social, tanto à situação propriamente dita, quanto aos comportamentos (ABRIC, 2003; CAMPOS, 2005; RATEAU et al, 2012). Deixemos bem claro: a situação social na qual um grupo constitui sua identidade com relação a um objeto social específico é o *campo* desse mesmo objeto.

Uma crença se refere a uma ideia ou a uma hipótese sustentada por um grupo cultural, como base para um julgamento que carrega aceitação de algo considerado verdadeiro, mesmo na ausência de prova. As crenças são as convicções mentais que temos sobre os seres humanos, suas relações com as suas sociedades, assim como os objetos sociais ou fenômenos que são reificados coletivamente. Nossas crenças são construções sociais aceitas como verdade, não baseadas em evidências objetivas, mas, em vez disso, adquiridas por meio de acordos sociais. A distinção entre crença e conhecimento se situa precisamente no fato de que as crenças não necessariamente podem ser demonstradas por evidência empírica. Elas desempenham um papel crucial, na medida em que dão significado ao descrever algum aspecto da nossa realidade social (PHILOGÈNE, 2002; MERTON, 1968; GILOVICH, 1991). Crenças estruturam nossa experiência cotidiana, filtrando cognitivamente as informações, de modo que os dados obtidos façam sentido. Assim, uma representação funciona como um conjunto organizado de crenças para guiar um grupo, com relação a um objeto, no espaço social que é definido por esse mesmo objeto.

Com base nos aspectos abordados, não faz o menor sentido estudar uma representação social sem estudar também o contexto que marca a especificidade de seu objeto. Não se pode conceber o estudo de uma representação, para entender uma realidade social, sem estudar sua ancoragem. Então, há similaridade acentuada nas noções de campo em Bourdieu e na TRS. Porém, o cuidado aqui está em não apressar as conclusões: ao fazer uma sociologia do gosto dos artistas, por exemplo, o sociólogo de inspiração bourdieiriana estaria fazendo, sem dúvida, também um panorama (um quadro) com práticas desse grupo, mas não somente práticas referentes a um único objeto, como a arte, por exemplo. Paralelamente, pode-se reprovar os estudiosos de representação social por nem sempre darem a devida importância a artefatos ou à base dos objetos materiais, nos seus estudos (LAHLOU, 2011).

Podemos afirmar que, em Bourdieu, não há dúvida quanto ao papel constitutivo do conflito: o campo social é um campo de forças e lutas. Já na TRS, esse entendimento somente se torna claro pela articulação de três obras, sendo que a segunda e a terceira não abordam diretamente as representações sociais: *A Psicanálise, sua imagem, seu público* (MOSCOVICI, 1976), *Psicologia das minorias ativas* (MOSCOVICI, 1996) e *Dissensões e consenso* (MOSCOVICI; DOISE, 1991). A leitura exclusiva da primeira das três obras acima remete à necessidade que indivíduos e grupos têm de dominar a realidade: o sujeito é um produtor de significados e, face a um estímulo social (o objeto social), elabora uma representação, fazendo intervir nessa elaboração (nessa produção de significados) as ideias, valores e modelos do seu grupo social de pertença. O caráter de conflito está diluído, como se a elaboração de uma representação social fosse um processo cognitivo engendrado em um contexto simbólico que é o do seu grupo de pertença; o interesse do grupo em dominar o objeto não está direta e explicitamente inscrito em um contexto de conflito com outros grupos, não há menção à noção de lutas ou forças.

Também há uma grande ênfase nos processos de comunicação. A elaboração de uma representação social responde a *uma utilidade* do objeto para um grupo (MOSCOVICI, 1976; JODELET, 1984). Nas primeiras obras da TRS, a visibilidade do espaço social como campo de forças solicita, do leitor, uma atenção redobrada, pois essa concepção está diluída e aparece ao menos em dois momentos. O primeiro é constituído pela leitura dos resultados empíricos, particularmente quando Moscovici compara as visões da imprensa católica e da imprensa comunista. Em segundo lugar, ela aparece quando os textos falam das práticas, apontando que elas se distinguem, e há indicadores fortes de que essas práticas se inscrevem em um campo, sustentam normas e valores (sustentam as próprias representações sociais) e marcam posições.

Quando os textos fundadores da TRS falam das práticas, há um deslizamento, uma mudança, ainda que sutil, de linguagem (espaço, posições...). O leitor que desconheça o contexto acadêmico das ciências sociais na França dos anos 50 a 70 do século passado pode ter a impressão de que está lendo um texto que recebe forte influência de Bourdieu (DOISE; CLÉMENCE; LORENZI-CIOLDI, 1992). Mais tarde, essa impressão se reforçará com a abordagem posicional do estudo das representações sociais (DOISE, 2002).

Porém, não se pode atribuir a visão do espaço social como campo de forças, em Moscovici, à influência de Bourdieu. Sua raiz pode ser encontrada em duas vertentes: a primeira constituída pela inspiração da visão de grupos de Kurt Lewin e; a segunda, pela inserção dos seus trabalhos experimentais no campo de estudos da influência social. É a leitura dos trabalhos de Moscovici sobre a influência social, mais tarde encorpada pelo seu trabalho conjunto com Willem Doise sobre o consenso e os processos de decisão em grupos, que assegura a concepção de conflito no espaço social.

O campo de um objeto de representações sociais é um campo de forças, sobretudo porque todo grupo está inserido em uma complexa

dinâmica de influências (minorias x majorias) intragrupo e intergrupos. É nesse segundo sentido que se instala uma dinâmica grupo x sociedade, na qual as instituições representam as estruturas estabilizadas (funcionando para a reprodução), conquanto os grupos configuram as estruturas flexíveis, que podem atuar tanto para a manutenção quanto para a transformação.

Se adotarmos uma visão do espaço social como organizado ou recortado em campos de forças, pode-se afirmar que as representações sociais são forças de natureza simbólica, que marcam as posições de cada grupo no conflito e regulam as possibilidades de ação dos coletivos chamados *grupos sociais*. Por outro lado, e de modo não idêntico, os *habitus* e os estilos de *habitus*, os padrões de gostos (se é que seria possível delimitá-los inequivocamente) também são, mais que resultantes, forças simbólicas que têm impacto direto na ação dos indivíduos. Essa aproximação conceitual entre campo e grupo, inspirada em fundamentos epistemológicos da sociologia e da psicologia social, pode ser aprofundada em estudos empíricos envolvendo diversas temáticas da área educacional.

Conclusão

O artigo procurou discutir a noção de campo de Bourdieu, visto como campo de lutas, e a noção de grupo da TRS, associada ao que Moscovici chama “campo do objeto de representação”, que pode, ou não, envolver grupos em conflito. Ambos os autores lutam contra objetivismos e subjetivismos: o primeiro buscando uma sociologia dinâmica e o segundo, uma psicologia social dinâmica.

Para Bourdieu, o campo social é composto de agentes e agências, ou indivíduos e instituições, sendo que a ordem simbólica se dá no plano da relação entre instituições e *habitus*, este constituído de disposições individuais marcadas por estilos de gostos e pela história coletiva, ficando negligenciado o problema dos grupos. É importante mencionar que Bourdieu (1986) se refere a uma identidade social constante

e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico nos campos onde ele intervém enquanto agente, ou seja, em suas histórias de vida. Nesse contexto, o autor menciona a noção de trajetória, como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, em um espaço submetido a incessantes transformações. Os eventos biográficos se definem, assim, de acordo com os deslocamentos no espaço social ou, mais precisamente, conforme a distribuição dos diferentes capitais no campo considerado. Segundo o autor, as trajetórias são compreendidas quando se constrói previamente os estados sucessivos do campo dentro do qual elas se desenrolam, considerando o conjunto de relações objetivas que unem um agente ao conjunto dos outros, engajados no mesmo campo e confrontados ao mesmo espaço de possibilidades. Para Bourdieu (1986), a distinção entre o indivíduo concreto e o indivíduo construído se duplica da distinção entre o agente, eficiente em um campo, e a personalidade, como individualidade biológica socialmente instituída, portadora de poder que lhe assegura a capacidade de existir como agente em diferentes campos. Nesse contexto, o autor se refere à noção de trajetórias como posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente no espaço social, de acordo com a distribuição de diferentes tipos de capital, presentes em um campo de lutas no qual as pessoas são confrontadas com várias possibilidades. Essa é uma temática que pode ser aprofundada posteriormente, em aproximação com a TRS, e, mais especificamente, em estudos sobre interações grupais.

Em relação ao campo do objeto para Moscovici, o autor leva em conta as relações entre indivíduos, grupos e instituições nas formações simbólicas que geram representações, ideologias, religião, mitos. A ordem simbólica seriam modalidades de pensamento social, ou representações sociais como conceito *carrefour*, aglutinadoras de valores, normas, atitudes, ideologias, mitos dos grupos.

Ao propor a aproximação entre a teoria dos campos de Bourdieu e a noção de grupo na

TRS, em seu conjunto, o presente artigo incita reflexões sobre as bases de uma psicologia social da educação mais sociológica, dentro da tradição europeia, como defendeu Moscovici (1976) ao apresentar a teoria das representações sociais no âmbito de uma psicologia social mais sociológica.

Nesse quadro, a proposta aqui apresentada supõe uma tripla tarefa. A primeira foi desenvolvida no texto: examinar a visão da realidade (ou do espaço) social na TRS e no pensamento de Bourdieu, tomando por desencadeador uma discussão sobre a sociologia do gosto e a noção de grupo, ambas interrogadas em referência à importância da noção de campo (campo social, em Bourdieu; campo do objeto de representação, em Moscovici). As duas outras, evidentemente interligadas, serão elaboradas em trabalhos futuros. Uma se refere ao estudo das noções de conflito e consenso, com seus papéis na constituição do campo e sua dinâmica em relação à formação das posições sociais. Para tal, contamos, evidentemente,

com o concurso dos trabalhos de Willem Doise e seus colaboradores, que instituíram a chamada “abordagem posicional do estudo das representações sociais”. Quanto à terceira, vamos confrontar os conceitos de *habitus*, senso prático, práticas sociais, ativação, incluindo um debate com sociólogos influenciados por Bourdieu, através de um exame da noção de trajetória, mencionada acima.

O artigo procurou mostrar a relevância dessa aproximação conceitual para a área da educação, especialmente a escola enquanto unidade psicossocial, destacando a necessidade de se desenvolver estudos que envolvam conflitos entre indivíduos e grupos imersos nesse espaço social. Estabelecer relações entre a teoria dos campos de Bourdieu e a noção de grupo na TRS pode, assim, contribuir para uma melhor compreensão de processos simbólicos e de práticas presentes nas interações educativas, que frequentemente acontecem no contexto de lutas simbólicas operadas por diversos grupos sociais.

Referências

ABRIC, Jean Claude. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, Pedro H. F.; LOUREIRO, Marcos B. da S. (Orgs.). **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia: UFG/UCG, 2003. p. 35-56.

ACCARDO Alain; CORCUFF Philippe. **La sociologie de Pierre Bourdieu**: textes choisis et commentés. Bordeaux: Le Mascaret, 1986.

BELLAVANCE, Guy; VALEX, Myrtille; RATTÉ, Michel. Le goût des autres: une analyse des répertoires culturels de nouvelles élites omnivores. **Sociologie et Sociétés**, Montreal, v. 36, n. 1, p. 27-57, 2004. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/SOCSOC/2004/v36/n1/009581ar.html>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BOURDIEU Pierre. **Choses dites**. Paris: Minuit, 1987.

BOURDIEU Pierre. Espace social et genèse des “classes”. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 52-53, p. 3-14, 1984a. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_03355322_1984_num_52_1_3327>. Acesso em: 25 mar. 2013.

BOURDIEU Pierre. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984b.

BOURDIEU Pierre. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.

BOURDIEU Pierre. **La domination masculine**. Paris: Seuil, 1998.

BOURDIEU Pierre. **La noblesse d'Etat**. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU Pierre. Le champ littéraire. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 89, p. 3-46, 1991. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1991_num_89_1_2986>. Acesso em: 25 mar. 2013.

BOURDIEU Pierre. **Leçon sur la leçon**. Paris: PUF, 1982.

BOURDIEU Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 62-63, p. 69-72, 1986. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335_5322_1986_num_62_1_2317>. Acesso em: 25 mar. 2013.

BOURDIEU Pierre. **Raisons pratiques**: sur la théorie de l'action. Paris: Seuil, 1994.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La reproduction**. Paris: Minuit, 1970.

BOURDIEU Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. **Réponses**: pour une anthropologie reflexive. Paris: Le Seuil, 1992.

CAMPOS, Pedro Humberto F. As representações sociais como forma de resistência ao conhecimento científico. In: OLIVEIRA, Denise C.; CAMPOS, Pedro H. F. (Orgs.). **Representações sociais**: uma teoria sem fronteiras. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 85-98.

DABÊNE, Olivier. Pierre Bourdieu: sociólogo e cidadão engajado. **Rio Total**: Coojornal, n. 266, 2002. Disponível em: <<http://www.riototal.com.br/coojornal/academicos033.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

DOISE, Willem. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 18, n. 1, p. 27-35, 2002.

DOISE, Willem; CLEMENCE, Alain; LORENZI-CIOLDI, Fabio. **Représentations sociales et analyses des données**. Grenoble: PUG, 1992.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**. São Paulo: EDUSP, 2009.

DUBET, François. **Sociologie de l'expérience**. Paris: Seuil, 1994.

DURAND, Jean-Pierre; WEIL, Robert. La dynamique de "l'habitus". In: DURAND, Jean-Pierre; WEIL, Robert. **Sociologie contemporaine**. Paris: Vigot, 1990. p. 185-204.

GILOVICH, T. **How we know what isn't so**: the fallibility of human reason in everyday life. New York: Free Press, 1991.

GROGNET, Fabrice. Du sens perdu de l'autre et du semblable. **L'Homme**, Paris, n. 185-186, p. 455-477, 2008. Disponível em: <www.cairn.info/revue-l-homme-2008-1-page-455.htm>. Acesso em: 10 mar. 2013.

JAOUÏ, Agnès. **Le goût des autres**. France, 2000. Filme (112 min.).

JODELET, Denise. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, Serge (Ed.). **Psychologie sociale**. Paris: PUF, 1984. p. 357-377.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAHLOU, Saadi. A psicologia e a construção sócio-cognitiva dos objetos. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA, 41., 2011, Belém. **Conferências...**, Belém, 2011.

MERTON, Robert K. **Social theory and social structure**. New York: Free Press, 1968.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF, 1976.

MOSCOVICI, Serge. L'ère des représentations sociales. In: DOISE, W; PALMONARI, A. (Eds.). **L'étude des représentations sociales**. Lausanne: Delachaux & Niestlé, 1986, p. 34-80.

MOSCOVICI, Serge. **Psychologie des minorités actives**. Paris: PUF, 1996.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge; DOISE, Willem. **Dissensões e consenso: uma teoria geral das decisões colectivas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991. Tradução de Maria Fernanda Jesuíno.

PHILOGÈNE, Gina. Systems of beliefs and the future: the anticipation of things. **Psychologie et Société**, Aix-en-Provence, v. 5, n. 3, p. 111-120, 2002.

RATEAU, Patrick, et al. Social representation theory. In: **Handbook of theories of social psychology**. Los Angeles: SAGE, 2012. p. 477-497.

VERGARA, Daniel L. M.; MAGNI, Claudia T. "O gosto dos outros": uma forma de analisar a noção de campo de Pierre Bourdieu. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 17. E ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 10., Pelotas, 11 a 14 de novembro de 2008. **Anais...** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2008. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/CH/CH_01419.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

Recebido em: 09.06.2013

Aprovado em: 19.02.2014

Rita de Cássia Pereira Lima é doutora em Ciências da Educação pela *Université René Descartes* – Paris V. Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ.

Pedro Humberto Faria Campos é doutor em Psicologia Social pela *Université de Provence*. Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ.